

Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
Contencioso Administrativo e Tributário
Programa Ano 2020/21

Regência:

Prof. Doutor Vasco Pereira da Silva

Programa

I - O Contencioso Administrativo no Divã da História

- 1-Psicopatologia da vida quotidiana do Processo Administrativo. Da “infância difícil” do Contencioso Administrativo aos modernos “traumas” do Processo Administrativo
- 2- A fase do “pecado original” do Contencioso Administrativo. O Estado Liberal e o sistema do administrador-juiz
- 3- A fase do “baptismo” do Contencioso Administrativo. O “milagre” da jurisdicionalização do Contencioso Administrativo e o advento do Estado Social
- 4- A fase da “confirmação” do Contencioso Administrativo. Tribunais administrativos e tutela jurisdicional plena e efectiva dos particulares perante a Administração no Estado Pós-Social
 - 4.1.- O primeiro período: a constitucionalização do Contencioso Administrativo. Dimensão real e simbólica da constitucionalização da Justiça Administrativa
 - 4.2- O segundo período: a europeização do Contencioso Administrativo. O Processo Administrativo no divã da Europa
 - 4.3- Brevíssimo “diagnóstico” do Direito Administrativo no Estado Pós-Social

II - O Contencioso Administrativo no Divã da Constituição

- 1-O Contencioso Administrativo como “Direito Constitucional concretizado”. Dependência constitucional do Direito Administrativo e dependência administrativa do Direito Constitucional
- 2- A Constituição Portuguesa do Processo Administrativo
 - 2.1- O “compromisso” originário da Constituição de 1976 em matéria de contencioso administrativo e a prática constitucional até à revisão constitucional de 1982
 - 2.2- A evolução do modelo constitucional de contencioso administrativo na revisão constitucional de 1982 e a primeira reforma do contencioso administrativo (1984/1985)
 - 2.3- A transformação do modelo constitucional de justiça administrativa na revisão constitucional de 1989 e a “indiferença” da “realidade” constitucional

- 2.4- A “revolução copernicana” da Justiça Administrativa na revisão constitucional de 1997 e a “agravada” inconstitucionalidade por omissão do legislador do contencioso administrativo
 - 2.5- O longo procedimento de “gestação” e...Finalmente, a reforma do Processo Administrativo (2002/2004)!
 - 2.6- A “reforma da reforma” (2015). Evolução na continuidade?
- 3- “Relatório clínico” da reforma e “diagnóstico provisório” das perspectivas de evolução futura do processo administrativo

III - “Eros e Thanatos”: Os elementos do processo

- 1- Todo o processo administrativo se tornou de plena jurisdição. Meios processuais e poderes do juiz no novo contencioso administrativo
- 2- Regras sobre os elementos do processo
 - 2.1 - Sujeitos (de um processo de partes)
 - 2.2 - Objecto do processo
 - 2.2.1- Pedido
 - 2.2.2- Causa de pedir

IV - “Ego e Id”: A Acção Administrativa

- 1- Da dualidade (especial/ comum) à unidade de meios processuais. Unidade real ou aparente
- 2- A ação administrativa e suas modalidades
 - 2.1-Da impugnação de actos administrativos
 - 2.1.2- Âmbito de aplicação
 - 2.1.3- Pressupostos processuais
 - 2.1.3.1 - O acto administrativo impugnável
 - 2.1.3.2- Outros pressupostos processuais: legitimidade e oportunidade
 - 2.2- Da condenação à prática de acto devido
 - 2.2.1- Âmbito de aplicação
 - 2.2.2 - Pressupostos processuais
 - 2.3 - Da impugnação e da condenação à emissão de normas regulamentares
 - 2.3.1– Âmbito de aplicação
 - 2.3.2- Pressupostos processuais
 - 2.4 - Do contencioso dos contratos da função administrativa
 - 2.4.1- Pressupostos processuais no domínio contratual da função administrativa
 - 3- O problema do contencioso da responsabilidade civil pública
 - 3.1- “Era uma vez...” O “longo caminho” da dualidade para a unidade do contencioso da responsabilidade civil contratual das entidades públicas. Uma história interminável?

V – “Totem e Tabu”: Os Processos Urgentes

- 1- Os processos urgentes
 - 1.1- Processo eleitoral
 - 1.2 - Processo pré-contratual
 - 1.3 - Intimação para prestação de informações, consulta de processos ou passagem de certidões
 - 1.4- Intimação para protecção de direitos fundamentais

VI – “Mal-estar na Civilização”: A tutela cautelar

- 1 – As grandes transformações da tutela cautelar:
 - 1.1- “Antes” e “depois” da Reforma
 - 1.2- Os dois momentos da reforma (“antes” e “depois” de 2015)
- 2- Do princípio da tipicidade à “cláusula aberta” em matéria de providências cautelares
- 3- Providências cautelares de conteúdo negativo e positivo.

INDICAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS

MÁRIO AROSO DE ALMEIDA, «Manual de Processo Administrativo», 4^a ed., Almedina, Coimbra, 2020.

FREITAS DO AMARAL / MÁRIO AROSO DE ALMEIDA, «Grandes Linhas da Reforma do Contencioso Administrativo», 3^a. edição (reimp.), Almedina, Coimbra, 2007.

VIEIRA DE ANDRADE, «A Justiça Administrativa (Lições)», 17^a edição, Almedina, Coimbra, 2019.

WLADIMIR BRITO, «Lições de Direito Processual Administrativo», 3.^a edição, Petrony, Lisboa, 2018.

SÉRVULO CORREIA, «Direito do Contencioso Administrativo», I vol., Lex, Lisboa, 2005.

ANTÓNIO CÂNDIDO DE OLIVEIRA, «Organização Judiciária Administrativa (e Tributária)», Coimbra Editora, Coimbra, 2003.

VASCO PEREIRA DA SILVA, «Direito Constitucional e Administrativo sem Fronteiras», Almedina, Coimbra, 2019.

- «O Contencioso Administrativo no Divã da Psicanálise – Ensaio Sobre as Acções no Novo Processo Administrativo», 2^a. edição, Almedina, Coimbra, 2009.

-- «Novas e Velhas Andanças do Contencioso Administrativo – Estudos sobre a Reforma do Processo Administrativo», AAFDL, Lisboa, 2005.

-- «Temas e Problemas de Processo Administrativo – Intervenções do Curso de Pós-graduação sobre o Processo Administrativo (“e-book”), ICJP, Lisboa, 2010,
<http://www.icjp.pt/publicacoes>

VASCO PEREIRA DA SILVA / MIGUEL ASSIS RAIMUNDO / TIAGO SERRÃO / JOSÉ DUARTE COIMBRA / DAVID PRATAS BRITO / RITA CURRO, «“Casos Clínicos” de Processo Administrativo (Caderno Prático)», AAFDL, Lisboa, 2019.

VASCO PEREIRA DA SILVA / GONÇALO MATIAS / MARIA JOANA COLAÇO / TIAGO MACIEIRINHA, «O Processo Administrativo em Ação – Caderno de Trabalhos Práticos de Contencioso Administrativo», Universidade Católica Editora, Lisboa, 2009.

VASCO PEREIRA DA SILVA / INGO WOLFGANG SARLET, «Direito Público Sem Fronteiras» (“e-book”), ICJP, Lisboa, 2011, <http://www.icjp.pt/publicacoes>